

A IMPORTÂNCIA DAS REDES COLABORATIVAS NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

*Sirlei de Lourdes Lauxen**

Universidade de Cruz Alta

<https://orcid.org/0000-0002-8260-0039>

*Jocélia Martins Marcelino***

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

<https://orcid.org/0000-0002-3058-8808>

*Luísa Cerdeira****

Universidade de Lisboa

<https://orcid.org/0000-0002-2217-7822>

RESUMO

Este estudo com a temática da internacionalização na educação superior, objetiva analisar como as redes colaborativas podem contribuir com o processo de Internacionalização da Educação Superior. O percurso metodológico dessa pesquisa aplicada é de caráter qualitativo e exploratório e foi desenvolvida tendo como procedimentos de coleta de dados a revisão de literatura embasada na pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que as interações econômicas, políticas, sociais e culturais entre as nações mundiais favorecidas pela globalização, faz com que as Instituições de Ensino Superior (IES) busquem na cooperação acadêmica, mais precisamente nas redes colaborativas uma forma de incrementar o processo de internacionalização da Educação Superior. Conclui-se que, a partir destas colaborações surgem oportunidades de formação de redes de cooperação que possibilitem inovações no ensino e na pesquisa, propiciando uma maior visibilidade de grupos de pesquisa e de instituições no contexto mundial. Deste modo, reafirma-se a importância do trabalho coletivo e solidário para o fortalecimento tanto da pesquisa, quanto da internacionalização na Educação Superior.

Palavras-chave: Internacionalização da Educação Superior. Cooperação Acadêmica. Redes Colaborativas.

** Professora Titular da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ/RS. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Coordenadora do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social. Líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Sociais. E-mail: slauxen@unicruz.edu.br

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS. E-mail: joceliamarcelino@gmail.com

*** Professora Aposentada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/PT. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Lisboa/PT. Colaboradora do Grupo de Investigação “Políticas de Educação e Formação” da UIDEF. Presidente do FORGES: Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (2011-2018). Presidente da Assembleia Geral do FORGES (2018-2021) (2022-2024). E-mail: luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

ABSTRACT

THE IMPORTANCE OF COLLABORATIVE NETWORKS IN THE INTERNATIONALIZATION PROCESS OF HIGHER EDUCATION

This study on the theme of internationalization in higher education aims to analyze how collaborative networks can contribute to the process of Internationalization of Higher Education. The methodological path of this applied research is qualitative and exploratory in nature and was developed using literature review based on bibliographic research as data collection procedures. The results indicate that economic, political, social and cultural interactions between world nations favored by globalization, make Higher Education Institutions (HEIs) seek academic cooperation, more precisely collaborative networks, as a way to increase the internationalization process of Higher Education. It is concluded that, from these collaborations, opportunities arise for the formation of cooperation networks that enable innovations in teaching and research, providing greater visibility for research groups and institutions in the global context. In this way, the importance of collective and supportive work is reaffirmed to strengthen both research and internationalization in Higher Education.

Keywords: Internationalization of Higher Education. Academic Cooperation. Collaborative Networks.

RESUMEN

LA IMPORTANCIA DE LAS REDES COLABORATIVAS EN EL PROCESO DE INTERNACIONALIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Este estudio sobre el tema de la internacionalización en la educación superior tiene como objetivo analizar cómo las redes colaborativas pueden contribuir al proceso de Internacionalización de la Educación Superior. El camino metodológico de esta investigación aplicada es de carácter cualitativo y exploratorio y se desarrolló utilizando como procedimientos de recolección de datos la revisión de literatura basada en la investigación bibliográfica. Los resultados indican que las interacciones económicas, políticas, sociales y culturales entre las naciones del mundo favorecidas por la globalización, hacen que las Instituciones de Educación Superior (IES) busquen la cooperación académica, más precisamente en las redes de colaboración, como una forma de incrementar el proceso de internacionalización de la Educación Superior. Se concluye que, a partir de estas colaboraciones, surgen oportunidades para la formación de redes de cooperación que posibiliten innovaciones en docencia e investigación, brindando mayor visibilidad a los grupos e instituciones de investigación en el contexto global. De esta manera, se reafirma la importancia del trabajo colectivo y solidario para fortalecer tanto la investigación como la internacionalización en la Educación Superior.

Palabras clave: Internacionalización de la Educación Superior. Cooperación Académica. Redes colaborativas.

Introdução¹

A partir da década de 1990, a internacionalização da educação superior tem sido uma constante nos debates acerca da educação terciária a nível mundial. Inicialmente, a mesma era associada diretamente com a mobilidade internacional, reconhece-se, porém, que este aspecto é apenas uma das facetas desse processo. Atualmente as instituições passaram a considerar procedimentos mais abrangentes no desenvolvimento de ações para a efetivação da internacionalização do ensino superior. Além da mobilidade internacional, outros meios de implantar uma perspectiva internacional nas atividades universitárias foram surgindo. As instituições passaram a considerar estratégias que possam envolver todas as áreas das instituições e que ocorram dentro do próprio campus, tais como as ações de cooperação para projetos conjuntos entre pesquisadores/instituições de outras localidades ou países.

Na América Latina, e desta forma no Brasil, um dos grandes desafios enfrentados pelas instituições de Ensino superior (IES) é sua capacidade de adequar-se aos processos de internacionalização que impactam tanto o futuro das instituições quanto os seus resultados (Gacel-Ávila, Rodríguez-Rodríguez, 2018), pois os modelos (conceitos e teorias) em vigor costumam ser anglocêntricos e oriundos do Global Norte (Abba, Corsetti, 2016). Assim, tais desafios exigem o desenvolvimento de abordagens flexíveis para a internacionalização da educação na assinalada região.

Algumas estratégias são desenvolvidas a partir de ações que tanto podem ser fruto de um trabalho individual, que costuma ficar restrito ao âmbito da instituição, quanto de um trabalho desenvolvido em colaboração com outras instituições/pesquisadores. Estas colaborações conjuntas favorecem o compartilhamento de conhecimentos e experiências

e no âmbito da internacionalização representam, ainda, uma forma de desenvolver acordos com instituições estrangeiras para o desenvolvimento de atividades internacionais. A associação com outras instituições, através da cooperação acadêmica, pode propiciar a criação de redes colaborativas, ampliando, assim, as possibilidades de que ações de internacionalização sejam desenvolvidas pelas instituições participantes.

Este trabalho tem como objetivo analisar como as redes colaborativas podem contribuir com o processo de Internacionalização da Educação Superior. O percurso metodológico dessa pesquisa aplicada é de caráter qualitativo e exploratório e foi desenvolvida tendo como procedimentos de coleta de dados, a revisão de literatura embasada na pesquisa bibliográfica. O texto procura traçar considerações a respeito da internacionalização da educação superior, a cooperação acadêmica e as redes colaborativas.

A internacionalização da educação superior

A noção, o termo e o conceito de “internacionalização” passaram a ser utilizados a partir dos anos 1990, mas bem antes disso já havia uma prática considerável de pesquisa e atividades com uma dimensão internacional na educação superior. Estava centrado, principalmente, na cooperação e na ajuda entre instituições (De Wit, 2013). Ainda, segundo o autor, não fica claro quando a transição do uso de um termo para o outro ocorreu, mas na década de 1990 o termo “internacionalização” passou a ser efetivamente empregado e, com ele, diversas abordagens nas dimensões internacionais da educação superior ficaram evidentes.

Mesmo no Brasil, onde historicamente o envio de estudantes oriundos das famílias de elite da sociedade para uma formação em países estrangeiros era uma prática habitual,

¹ Texto revisado pela professora Márcia Maria Mattei Kumpel.

houve um incremento no processo de intercâmbios acadêmicos favorecidos por organismos internacionais, neste período (Arana; Pereira; Peres, 2021). Cabe salientar que mesmo havendo um incremento nestas atividades, isso não resultou em uma sistematização ou na centralidade da temática nas instituições de ensino superior brasileiras ou mesmo em políticas governamentais direcionadas a tal fim (Aupetit, 2005).

Para a *International Association of Universities*– IAU a globalização é um dos “fatores contextuais” que vem moldando a internacionalização do ensino superior pelo fato de estar centrada no aumento da mobilidade de bens, serviços e pessoas, pelo avanço no desenvolvimento e uso de tecnologias de informação e comunicação o que levou à intensificação da mobilidade de ideias, estudantes e equipe acadêmica, ampliando, assim, as possibilidades de colaboração e disseminação global de conhecimento (IAU, 2012, p. 1).

Ainda na visão da IAU, a internacionalização da educação superior é um processo que constantemente é influenciado e alterado pelo contexto internacional. Na medida em que este contexto se modifica, os objetivos, significados e estratégias da internacionalização do ensino superior também se alteram. Para Van der Wende (1997) a globalização é um dos fatores que estimulam a internacionalização do ensino:

Os requisitos acadêmicos e profissionais para os diplomados refletem cada vez mais as exigências da globalização das sociedades, da economia e dos mercados de trabalho, razão pela qual o ensino superior deve proporcionar uma preparação adequada para isso. Estes requisitos incluem não só o conhecimento acadêmico e profissional, mas também o multilinguismo e as competências e atitudes sociais e interculturais (Van der Wende, 1997, p. 27).

Para Knight (1994, p. 7) o conceito de internacionalização da educação superior é “processo no qual se integra uma dimensão internacional/intercultural ao ensino, pesquisa e aos serviços de uma instituição”. Como o processo está sempre em transformação mais

tarde ela ampliou o conceito, afirmando que: “Internacionalização em nível nacional, setorial e institucional é definida como o processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e oferta de educação pós-secundária” (Knight, 2003, p. 2).

No Brasil, Morosini (2017, p. 7) apresenta o seguinte conceito de Internacionalização da Educação Superior:

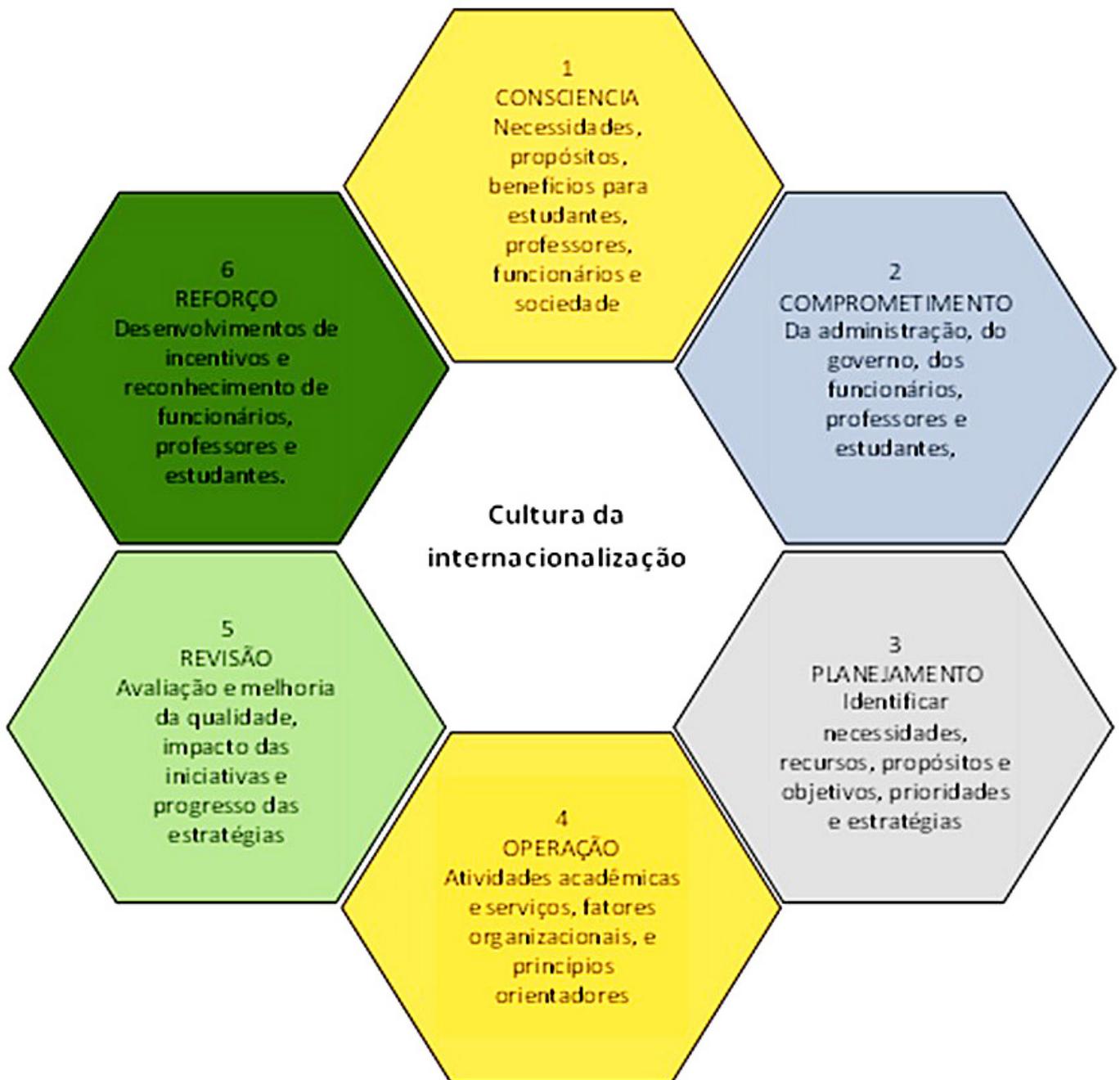
Processo de integrar uma dimensão internacional e intercultural na Educação Superior, advindo de interações, sustentadas por redes colaborativas, com blocos socioeconômicos desenvolvidos e com outros que valorem múltiplas culturas, diferenças e tempos, fortalecendo a capacidade científica tecnológica nacional, conectada com o local, com o fito de ser irradiador do desenvolvimento sustentável.

Assim, passou-se a considerar estratégias mais abrangentes no desenvolvimento de ações internacionais para a efetivação da internacionalização do ensino superior. Além da cooperação entre instituições, uma série de outros meios para implementar uma perspectiva internacional em suas atividades, foram desenvolvidas:

[...] acordos institucionais entre a instituição nacional e a estrangeira, programas de cooperação e pesquisa em conjunto, desenvolvimento de novas tecnologias e programas de mobilidade de professores, pesquisadores e alunos, [...] grade curricular com conteúdo internacional, aprendizagem de língua estrangeira, utilização de literatura internacional, ensino em língua estrangeira e treinamento intercultural (Miura, 2006, p.72).

Além disso, Knight (1994) desenvolve o ciclo da internacionalização – Figura 1 – para demonstrar que o processo de internacionalização pode ser implantado por etapas interligadas e flexíveis e que possuem como pano de fundo a cultura da internacionalização. Este ciclo mostra que as estratégias devem ser abrangentes para integrar e institucionalizar a dimensão internacional nos sistemas e valores universitários.

Figura 1- Ciclo da Internacionalização



Fonte: Marcelino e Lauxen (2021, p. 25)

No documento elaborado na Conferência Regional de Educação Superior (CRES 2018) realizada em Córdoba, Argentina, intitulado “Declaração CRES 2018” a internacionalização é definida como.

[...] um meio estratégico para a produção de conhecimento com uma perspectiva baseada na colaboração internacional. É um processo para inovar e melhorar a qualidade e a relevância do ensino superior com o desenvolvimento de habilidades globais e interculturais em estudantes (CRES, 2018, p. 18, tradução nossa).

Para Sebastian (2005) a internacionalização apresenta dois aspectos a serem considerados, os aspectos internos e externos:

O aspecto interno da internacionalização visa contribuir para a melhoria da qualidade e relevância, introduzindo a dimensão internacional na cultura institucional e padrões internacionais na oferta e métodos de ensino, pesquisa, extensão e nos procedimentos de gerência. O aspecto externo tem como objetivo a projeção (internacional) da oferta e capacidades da universidade; trata-se de aumentar a visibilidade, reconhecimento e campo de ação e influência da universidade (Sebastian, 2005, p. 2).

A OECD (*Organisation for Economic Cooperation and Development*) em seu relatório *Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice* de 2012, apresenta cinco principais razões para tornar uma instituição internacionalizada: “melhorar a preparação do aluno; internacionalizar o currículo; melhorar o perfil internacional da instituição; fortalecer a pesquisa e a produção de conhecimento e diversificar seu corpo docente e funcional” (OECD, 2012, p. 8). Porém, há inúmeras razões para que as IES considerem a internacionalização um ponto importante a ser considerado em seu escopo. Segundo De Wit (2001), são as razões políticas, tais como a cooperação educacional, que é um investimento para futuras relações diplomáticas; econômicas, pela exigência do mercado de trabalho, competitividade das instituições e retorno financeiro, com a atração de alunos

estrangeiros; culturais e sociais, com o desenvolvimento individual na mobilidade e conhecimento de outras culturas, e acadêmicas, pela inserção da instituição no cenário mundial, melhoria da qualidade da pesquisa, ensino e extensão e uso de padrões internacional em seus processos.

A UNESCO, em texto sobre a Internacionalização do Ensino Superior², também apresenta alguns dos motivos que levam as IES a adotarem a internacionalização em seus processos:

1) A percepção da importância do conhecimento (sua produção, difusão e aplicação) para o bem-estar econômico, social e cultural da sociedade em todo o mundo (a sociedade do conhecimento). 2) A integração em andamento e a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação aos processos de aprendizado, ensino e pesquisa. 3) Novas pressões e demandas para que as instituições de educação superior preparem graduados, formando-os para toda a vida e para trabalhar em um contexto internacional. 4) A mobilidade cada vez mais fácil dos recursos humanos de alta qualificação, criando um mercado de trabalho internacional competitivo para os trabalhadores científicos e acadêmicos. 5) A redução ou estagnação do financiamento público da educação superior na maioria dos países, em todo o mundo, sem um declínio na demanda de acesso a essa educação. 6) O aumento da pressão sobre as instituições de educação superior para que diversifiquem as fontes de financiamento, de modo a poder atender à sua demanda, o que em muitos aspectos alimenta a comercialização da educação, inclusive no nível internacional. 7) O advento de novos supridores e inovadores no fornecimento da educação superior (em parte devido aos fatores acima relacionados), assim como em todo o sistema de produção do conhecimento (UNESCO, 2003, p.160).

Knight (2004), de acordo com seu conceito de internacionalização, subdivide as razões para implementar ou consolidar o processo de internacionalização em nacional e institucional. O motivo nacional compreende o desenvolvimento de recursos humanos, alianças estratégicas, as transações comerciais,

² Trabalho preparado pela IAU para a UNESCO que consta dos anais da Conferência Mundial sobre Educação Superior, ocorrida em Paris no ano de 2003.

a construção da nação e o desenvolvimento sociocultural. O institucional compreende: o desenvolvimento de estudantes e professores, reputação e perfil internacional, alianças estratégicas, geração de receita e produção do conhecimento.

Apresentadas as razões para as instituições aderirem ao processo da internacionalização do ensino superior, apresenta-se, em seguida,

as abordagens, estratégias e meios utilizados para colocar em prática esse processo.

Segundo Knight e De Wit (1995) há quatro abordagens básicas para o planejamento do processo de internacionalização: abordagem com base em atividades, abordagem com base em competências, abordagem com base na cultura e abordagem com base nos processos, conforme Figura 2.

Figura 2 - Abordagens do conceito de internacionalização



Fonte: Gama, 2015 (baseada em De Wit e Knight, 1995).

A abordagem com base em atividades abrange as categorias ou tipos de atividades, inclui as atividades acadêmicas e as extracurriculares. A abordagem com base em competências, contempla o desenvolvimento de novas habilidades, atitudes e conhecimento nos estudantes professores e corpo técnico funcional. A abordagem com base no *ethos* compreende o desenvolvimento de uma cultura institucional que valoriza e dá suporte ao processo de internacionalização. Já a abordagem com base nos processos, compreende o desenvolvimento de políticas institucionais, procedimentos e

atividades acadêmicas como um todo, percebe a internacionalização como um processo que integra todas as atividades da instituição.

Via de regra, não há uma única estratégia que sirva para todos os propósitos e instituições. Cada IES deve buscar, de acordo com o seu perfil e objetivos, os métodos que mais lhe convém. No Quadro 1 apresenta-se as principais estratégias para a internacionalização da educação superior. Cabe salientar ainda que outras possam ser desenvolvidas pelas instituições, considerando seus públicos e necessidades específicas.

Quadro 1 - Estratégias organizacionais de internacionalização

TIPO DE ATIVIDADE	EXEMPLOS
PROGRAMAS ACADÊMICOS	Programa de intercâmbio de estudantes
	Estudo de línguas estrangeiras
	Estudos temáticos ou por área
	Estudantes internacionais
	Processo de ensino/aprendizagem
	Dupla diplomação
	Treinamento <i>cross-cultural</i>
	Programa de intercâmbio de professores e funcionários
	Professores visitantes
	Pesquisas conjuntas
	Publicações conjuntas
	Conferencias e seminários internacionais
Acordos internacionais	
ATIVIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	Parcerias comunitárias com ONGs ou grupos do setor público / privado
	Serviço comunitário e projeto trabalho intercultural
	Programas personalizados de educação e treinamento para parceiros e clientes internacionais
	Projetos de assistência internacional para o desenvolvimento
	Contatos, parcerias e redes internacionais
	Programas de ex-alunos no exterior
	Clubes e associação de estudantes
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	Eventos internacionais e interculturais no campus
	Grupos e programas de apoio de pares
	Articulação com grupos comunitários culturais e étnicos.

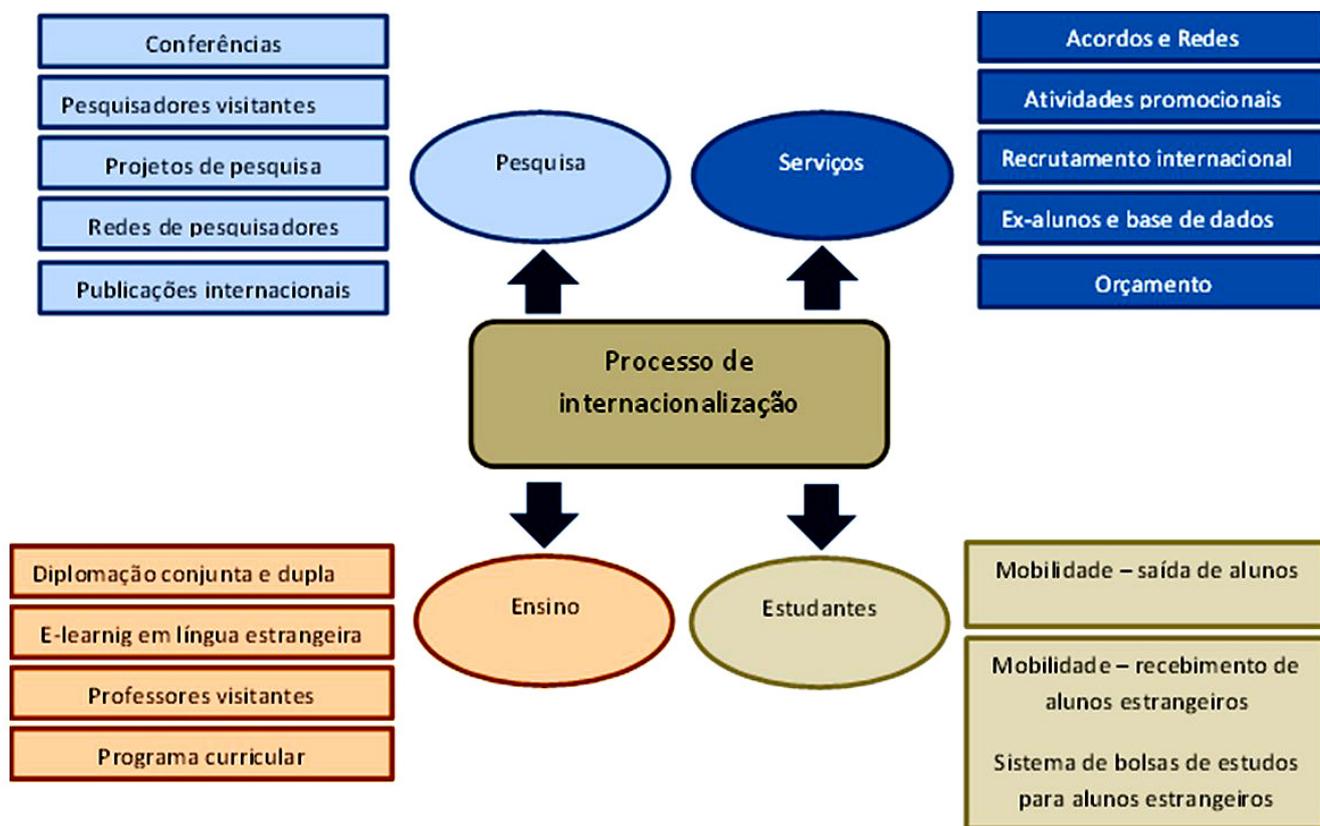
ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS	Compromisso da alta liderança
	Envolvimento ativo de professores e funcionários
	Razões articuladas e metas de internacionalização
	Reconhecimento da dimensão internacional em declarações institucionais de missão / mandato e em documentos de políticas de planejamento, gestão e avaliação
	Temática Integrada em toda a instituição e departamento / faculdade
	Estruturas organizacionais apropriadas
	Sistemas (formais e informais) para comunicação, articulação e coordenação.
	Equilíbrio entre gestão e promoção centralizada e descentralizada da internacionalização
SERVIÇOS	Sistema de alocação de recursos e apoio financeiro adequado
	Apoio de unidades de serviços em toda a instituição
	Envolvimento de unidades de apoio acadêmico (biblioteca, treinamento de docentes e funcionários, pesquisa e extensão)
RECURSOS HUMANOS	Serviços de apoio para estudantes que vão ou vem em intercâmbio (programas de orientação, aconselhamento, formação intercultural, apoio a serviços administrativos e legais (vistos, etc,))
	Recrutamento e procedimentos de seleção que reconhecem a expertise internacional
	Recompensas e políticas de promoção para reforçar as contribuições do corpo docente e funcionários
	Atividades de desenvolvimento profissional de docentes e funcionários
	Suporte para trabalhos internacionais e anos sabáticos

Fonte: Baseado em Knight (2004)

Na visão de Polak (2017) a internacionalização deve permear todas as atividades desenvolvidas na instituição, incluindo ensino,

pesquisa, o corpo discente e serviços (Figura 3). Este modelo mostra uma visão geral e ampla de todo o processo, tornando-o mais objetivo.

Figura 3 – Processo de Internacionalização



Fonte: Polak (2017).

As estratégias eram, tradicionalmente, planejadas para atividades realizadas além das fronteiras, porém como a internacionalização é um processo em contínua evolução, as estratégias passaram a ser apresentadas em dois diferentes fluxos, passando a incluir também as atividades de internacionalização que ocorrem dentro do próprio campus. (Knight, 2004).

Apesar do conceito apresentar uma visão ampla, a internacionalização da educação superior vem sendo pautada, principalmente, em ações de mobilidade com ênfase no envio de estudantes e professores para o exterior (principalmente Europa e América do Norte) como parte do desenvolvimento de capacidades dos recursos humano e da pesquisa (De Wit; Gacel-Ávila; Knobel, 2017).

No Brasil, Laus e Morosini (2005), salientam que a internacionalização, foi, em um primeiro

momento, uma tentativa de inovação das instituições, depois passou a ser considerada uma maneira de consolidar o ensino de pós-graduação e que somente mais tarde veio a ser uma composição de ações para “tentar trazer um caráter internacional às funções acadêmicas em uma esfera mais ampla de ação” (Laus; Morosini, 2005, p. 120, tradução nossa). Morosini (2006) expandiu seu conceito anteriormente formulado a autora passa a afirmar que a Internacionalização da Educação Superior é “qualquer esforço sistemático, que tem como objetivo tornar a Educação Superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho” (Morosini, 2006, p. 97).

A nível nacional, não há, no Brasil, nenhuma política para internacionalização da educação estabelecida pelo governo, o que existe são

programas isolados de bolsas para intercâmbio internacional com prioridade para América do Norte e Europa (De Wit; Gacel-Ávila; Knobel, 2017). Na tentativa de ampliar as ações de internacionalização e partir de uma integração internacional e intercultural, diversas ações e dinâmicas, além do incentivo à mobilidade acadêmica, estão sendo desenvolvidas pelas instituições, entre elas: o fomento de projetos de pesquisas internacionais, a oferta de disciplinas em outro idioma, promoção de programas de dupla titulação, ofertas de estágios internacionais, acordos bilaterais, publicações de resultados de pesquisas em revistas internacionais, entre outros (Corrales; Rey; Escamila, 2016).

No entanto, alguns autores defendem que, para que os países da América Latina tenham um modelo de internacionalização que leve em conta suas características particulares e heterogeneidade, deve-se considerar alguns aspectos, tais como:

a) *localização e direcionalidade da internacionalização*: Cooperação mais próxima à realidade dos países da América Latina, com uma direção prioritariamente Sul-Sul;

b) *valores fundamentais*: Solidariedade, cooperação, reciprocidade e complementariedade das ações no ensino superior;

c) *lógicas do intercâmbio*: Colaboração mútua, que inclua aspectos principalmente históricos, culturais e educacionais do processo de internacionalização e cooperação internacional das universidades no Sul do planeta;

d) *perspectiva de análise e características do material teórico*: Busca de uma perspectiva crítica do processo de internacionalização da educação superior. Elaboração de conceitos, categorias e indicadores que respondam e representem a realidade das universidades latino-americanas (Abba; Corsetti, 2016, p.187).

O modelo que deve considerar a internacionalização como uma ferramenta para o desenvolvimento estratégico institucional e da sociedade em geral, tal como a internacionalização solidária, é entendida por Dias Sobrinho (2008, p. 187) como:

o conjunto de ações cooperativas com instituições de outros países para benefício mútuo; expandir as possibilidades de aumentar o conhecimento e o desenvolvimento em outras culturas; Possibilidades de acordos para o estabelecimento de programas conjuntos de troca e mobilidade que aumentam a sensação de pertencer à região e enriquecer o treinamento de estudantes, professores e pesquisadores no âmbito da integração latino-americana e do Caribe.

Nesse sentido, uma das formas de minimizar estas diferenças e os problemas enfrentados pelos países que compõe a AL para internacionalização de suas instituições de ensino superior, seria a organização de um trabalho coletivo em nível regional (Aupetit, 2014), tal como a Declaração de Bolonha da União Europeia.

A declaração de Bolonha assinada em 1999 pelos países membros da União Europeia, teve como finalidade a reestruturação do Ensino Superior no espaço Europeu, com o intuito de aumentar sua competitividade em escala internacional.

Foram estabelecidos, na Declaração de Bolonha, seis objetivos de curto a médio prazo:

- A adoção de um sistema de graus de fácil leitura e comparação;
- A adoção de um sistema baseado em dois ciclos: graduação e pós-graduação
- O estabelecimento de um sistema de créditos (como exemplo o sistema ECTS³)
- A promoção de mobilidade de estudantes, professores e pessoal administrativos com acesso facilitado aos países membros;
- A promoção da cooperação europeia na avaliação da qualidade
- A promoção das dimensões europeias do Ensino Superior (desenvolvimento curricular, cooperação interinstitucional, programas de mobilidade e programas integrados de estudo, formação e pesquisa).

3 European Credit Transfer System (ECTS) – Sistema Europeu de Transferência de Créditos

Essas ações facilitam tanto a mobilidade quanto favorecem a equiparação da qualidade na formação dos cidadãos e contribuem, também, para o desenvolvimento do continente europeu (União Europeia, 1999).

Tomando como exemplo Portugal, em que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior implementou importantes mudanças no seu sistema de ensino, a fim de atender as exigências da Declaração de Bolonha. Uma delas foi o aumento de oferta de vagas, que, segundo Silva (2018) colocou em discussão a qualidade da educação no país, visto que este aumento se deu mediante a diminuição do tempo de formação e pelo acréscimo de carga horária dos docentes. O país também introduziu normas de gestão nas instituições públicas, que atrelou o financiamento aos índices obtidos nas avaliações. Desta forma, o orçamento passou a ser uma ferramenta reguladora que dependia do enquadramento nas normativas do estado para garantir seu orçamento. Também a necessidade de captação de recursos fez com que as IES portuguesas buscassem na atração de estudantes estrangeiros pagantes e no aumento das mensalidades dos estudantes nacionais, uma forma de equilibrar seus orçamentos (Silva, 2018).

Outro exemplo de programa criado pela União Europeia é o programa ERASMUS⁴ (*European Region Action Scheme for the Mobility of University Students*) ou Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários. O programa foi originalmente criado pela União Europeia em 1987 com o intuito de promover uma cooperação mais estreita entre universidades e instituições de ensino superior em toda a Europa. Para tanto, foi necessária a criação de um sistema organizado e integrado de intercâmbio estudantil transfronteiriço. O objetivo do programa tem três ações-chave: mobilidade de aprendizagem dos indivíduos; cooperação entre organizações e instituições e apoio ao desenvolvimento de políticas e cooperação.

⁴ <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/about-erasmus/history-funding-and-future#intro>

No caso de Portugal, há uma desvantagem no envio de estudantes para o exterior, visto que o programa Erasmus não cobre o custo total da mobilidade, fazendo com que um número reduzido de estudantes opte por esta modalidade. Tal dificuldade caracteriza o país como um receptor de estudantes estrangeiros.

A cooperação acadêmica e as redes colaborativas

A cooperação acadêmica tem um papel determinante para o desenvolvimento de ações estratégicas de internacionalização. Para a UNESCO (2003) a cooperação acadêmica é de primordial importância para o desenvolvimento da educação em nível mundial. Sebastián (2004, p. 20) considera a cooperação acadêmica internacional como:

[...] um conjunto de atividades realizadas entre instituições universitárias que, por meio de múltiplas modalidades, implica em associação e colaboração em temas de política e gerenciamento institucionais; treinamento, pesquisa, extensão e vinculação para fortalecimento mútuo e projeção institucional; a melhoria da qualidade do ensino; o aumento e a transferência de conhecimento científico tecnológico; e a contribuição para a cooperação para o desenvolvimento.

Atualmente, são exemplos de colaboração internacionais as seguintes modalidades (Knight, 2005; Gacel-Ávila *et al*, 2005; Pretto; Acioly-Regnier; Regnier, 2015):

- Programas de intercâmbio de estudantes simples (graduação sanduíche): onde o estudante faz parte de sua graduação em universidade parceira no exterior.
- Programa de titulação conjunta (*joint degree*): onde uma qualificação (diploma) é concedida conjuntamente pelas instituições cooperantes.
- Programa de titulação dupla (dupla diplomação): onde são conferidas duas qualificações individuais (diploma) em níveis equivalentes pelas duas instituições parceiras.

- Cotutela: permite ao estudante realizar sua Dissertação ou Tese sob a responsabilidade de dois orientadores, um de cada instituição parceira.
- Parcerias para pesquisas em conjunto.

As cooperações acadêmicas podem ser identificadas como horizontais e verticais. As verticais se caracterizam pela relação doador-receptor orientada para a ajuda ou assistência, já as horizontais refletem um benefício mútuo e uma relação de parceria entre as instituições cooperantes (Knight, 2005)

Uma das características da cooperação acadêmica na AL é a priorização de acordos com o Norte Global (principalmente EUA e Europa). Segundo Wyne (2015, p.3) “a razão para a busca desses pesquisadores é que há mais oportunidades de pesquisa nos países desenvolvidos, bem como porque os pesquisadores têm acesso a maiores recursos financeiros, recursos técnicos superiores e a infraestrutura”. O autor ainda enfatiza outras razões para a busca de parceiros nos países desenvolvidos, principalmente na área da pesquisa, tais como: maior visibilidade e reconhecimentos entre seus pares, o aumento do impacto das publicações conjuntas e a busca por expertise tecnológica.

No documento elaborado na Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e o Caribe (CRES, 2018), realizada em Córdoba, Argentina intitulado “Declaração CRES 2018” a cooperação acadêmica é apresentada como “uma cooperação interinstitucional baseada em uma relação solidária entre iguais” (CRES, 2018, p. 66). Na Declaração, consta ainda, que para os países da região, a cooperação deve “propiciar a circulação e a apropriação do conhecimento como bem social estratégico, a favor do desenvolvimento sustentável da região e o dos seus países” (CRES, 2018, p. 66). Também é evidenciada a necessidade de políticas públicas que apoiem este processo, através da definição de marcos organizacionais que facilitem a integração acadêmica na região, a mobilidade de professores e estudantes, bem

como o reconhecimento de programas de ensino e a colaboração em pesquisa. Na Europa, a Declaração de Bolonha também prevê e estimula a colaboração com parceiros estrangeiros em pesquisas e projetos.

A partir destas colaborações entre pesquisadores e ou instituições surge a oportunidade da formação de redes de cooperação. O conceito de rede é amplo e diferencia-se de acordo com as situações, mas geralmente “remetem a inter-relações, associações, interações e vínculos, todos envolvendo comunicação e intercâmbio de informação” (Nez, 2013, p. 59), a autora considera ainda “que uma rede pode ser entendida como uma estrutura de interconexão, composta de elementos em interação e que obedece a algumas regras de funcionamento” (p.60). Para Sebastian (2000, p.97) redes de colaboração podem ser definidas como “associações de partes interessadas cujo objetivo é a obtenção de resultados acordados em conjunto por meio da participação e colaboração mútua”. Na educação, Morosini, Nez, Woicolesco (2020, p. 337-338) consideram que “são o espaço social onde as interações dos pesquisadores acontecem e que facilitam os processos de partilha, aquisição e cocriação de conhecimento”.

Vale destacar que o trabalho em rede possibilita as inovações docentes e a abertura de novos espaços para o incremento do ensino e pesquisa em âmbito internacional, o que oportuniza a visibilidade dos grupos e instituições. Também no caso da pesquisa, a heterogeneidade dos componentes dos grupos torna o processo de pesquisa desafiador e proporciona originalidade e solidez nos resultados e permite um monitoramento para detectar erros ou inconsistências nos dados encontrados. No caso de estudantes de graduação e pós-graduação, as redes propiciam o acesso a diferentes abordagens do conhecimento e especificidades de outros territórios acerca de uma temática específica (Pastor; Torres, 2018).

Embora os benefícios advindos de uma rede de cooperação sejam importantes, ela pode evidenciar alguns desafios na sua consecução,

que devem ser levados em conta no momento da organização da rede. Sebastián (2000) apresenta alguns pontos que devem ser observados para o êxito das redes de cooperação: a) especificidade na definição dos objetivos da rede – elaboração de um plano de ação focado que identifica os produtos e resultados; b) seleção adequada dos participantes – a capacidade, motivação e empenho dos participantes constituem os elementos fundamentais para garantir uma cultura de cooperação; c) compartilhamento e consenso no planejamento da rede - para garantir um sentimento de pertencimento; d) existência de um plano ação – onde deve constar claramente as responsabilidades e tarefas de cada um dos parceiros, tanto na execução como na coordenação; e) coordenação eficiente da rede complementada por uma gestão conjunta eficaz - o equilíbrio entre liderança e gestão conjunta facilita um clima favorável e de entendimento dentro da rede; f) atitude proativa e cumprimento de compromissos - condição essencial para manter o ambiente de trabalho, colaboração e confiança mútua, bem como para a consecução das metas e objetivos da rede; g) acordo prévio sobre o uso dos resultados - participantes devem ter regras claras sobre o propriedade e uso dos resultados que são o produto da colaboração; h) sentimento de compartilhar benefícios - a existência desse sentimento é provavelmente o motor que garante a participação proativa dos participantes; i) disposição para lidar com as diferenças culturais – as diferenças culturais devem ser aceitas com tolerância e aproveitadas para ampliar o âmbito de experiências pessoais e institucionais.

Um exemplo de rede colaborativa é o Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa (FORGES), criado em 2011 como a intenção de dar corpo a ações de colaboração entre seus membros (docentes, investigadores, não docentes, dirigentes de instituições de ensino superior) e de sócios institucionais (universidades, faculdades, institutos politécnicos etc.) com

vista à colaboração e troca de experiências no campo da gestão do ensino superior (Cerdeira; Taylor, 2019).

Segundo as autoras, o intuito inicial era que o FORGES se constituísse como um ator importante espaço de cooperação da educação superior de língua portuguesa, objetivando potencializar e estimular a articulação e comunicação entre os membros associados. Assim, o FORGES tem como principais objetivos:

- Criar uma rede – entre investigadores e académicos, dirigentes e técnicos com experiência em actividades de gestão do ensino superior – que promova um intercâmbio de experiências a partir do estudo e da pesquisa sobre esta área;
- Organizar uma conferência anual num dos países e regiões de língua portuguesa, para apresentação de trabalhos e discussão de temas relevantes para a gestão universitária;
- Editar um website com notícias, textos e artigos relevantes, que constitua um instrumento de partilha permanente entre os aderentes e os interessados nesta área;
- Editar uma revista electrónica com artigos originais sobre os conteúdos científicos ligados à área da gestão universitária;
- Editar uma Newsletter semestral;
- Promover estudos sobre o ensino superior, reunindo investigadores dos países de língua portuguesa;
- Promover e validar séries estatísticas sobre o ensino superior nos países de língua portuguesa (alunos, diplomados, docentes, investigadores, não docentes, orçamento, apoio social, etc.), com a publicação de um relatório anual com a informação recolhida;
- Organizar cursos de especialização e de pós-graduação sobre a gestão universitária envolvendo diferentes instituições universitárias;
- Promover a realização de estágios e visitas de formação, favorecendo o intercâmbio entre os responsáveis da gestão das instituições interessadas e aderentes (Cerdeira; Taylor, 2019, p. 11).

Também com exemplo de rede colaborativa, pode-se citar a RIESAL⁵ (Rede Regional para o Fomento da Internacionalização da Educação Superior na América Latina). É um projeto cofinanciado pela Comissão Europeia, junto ao programa Erasmus+. É constituído de 17 instituições associativas e de ensino superior tais como: Asociación de Universidades Grupo Montevideo (Regional); Associação Brasileira de Educação Internacional - FAUBAI (Brasil); Asociación Colombiana de Universidades - ASCUN (Colômbia); Universidad de Guadalajara, Benemérita Universidade Autónoma de Puebla (México); Universidad de la República, Universidade ORT (Uruguai); Universidade de Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil); Fundación Universidad del Norte, Universidad EAFIT (Colômbia); Universidade de La Habana, Universidade de Pinar del Río (Cuba); Universidade de Alicante (Espanha); Università Cattolica del Sacro Cuore - Centre for Higher Education Internationalisation (Itália); Fachhochschule Münster (Alemanha); Vrije Universiteit Brussel (Bélgica) (RIESAL, 2022).

Na última década, a internacionalização tornou-se um componente essencial da estratégia das Instituições de Ensino Superior (IES) para cumprir sua missão institucional. Estas transformações foram gradualmente reconfigurando os processos que as IES utilizam para cooperar internacionalmente. No caso da América Latina, apesar de alguns avanços, ainda há obstáculos que dificultam uma intervenção internacional mais coerente. O projeto RIESAL tem como objetivo contribuir para melhorar a cultura de gestão da internacionalização nas IES na América Latina e no Caribe (ALC). A RIESAL também visa colaborar para a melhoria das capacidades de gestão nas IES na ALC, com intuito de impulsionar seus processos de internacionalização e redimensionar suas atuações nos seguintes aspectos: a) reforço da capacidade institucional; b) colaboração em nível nacional; c) integração regional e

cooperação com outras regiões, priorizando as relações de cooperação com instituições europeias; d) identificação e implementação de boas práticas (RIESAL, 2022).

Para alcançar estes propósitos, a RIESAL organiza cursos, webinars e conferências direcionados à formação de recursos humanos para atuar na gestão da internacionalização das instituições parceiras.

Ao observar os trabalhos desenvolvidos por estas redes, percebe-se que, ao incentivar estas articulações, as redes contribuem para a disseminação do conhecimento não hegemônico, considerando pesquisadores e pesquisas da própria região que levam em conta as especificidades do território na busca por solução de problemas e dificuldades nele encontradas. Também proporciona o desenvolvimento da internacionalização da educação superior em regiões menos favorecidas do globo.

Considerações finais

Este estudo debruçou-se sobre a análise de como as redes colaborativas podem contribuir com o processo de Internacionalização da Educação Superior. Foram traçadas considerações a respeito da internacionalização da educação superior, a cooperação acadêmica e as redes colaborativas.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que um dos desafios encontrados na busca pela implementação do processo de internacionalização, em Portugal é o equilíbrio entre o número de estudantes que saem para intercâmbio e o número dos que elegem o país para seus estudos no exterior. O país recebe um número muito maior de estudantes do que envia para estudar fora. Já no Brasil, o desafio é a adequação de um modelo que leve em consideração as características da região, quais sejam: a diversidade cultural, a colonialidade do conhecimento, a língua, o desenvolvimento socioeconômico, entre outros.

Conclui-se, desta maneira, que uma das formas de implementar o processo de inter-

5 <http://erasmusplusriesal.org/pt/sobre-rede-riesal>

nacionalização nas IES que não implique em mobilidade acadêmica e nem na escolha de um modelo específico é a colaboração entre pesquisadores e ou instituições. Uma colaboração solidária e equânime é uma forma de disseminar o conhecimento produzido na região de forma mais efetiva, com o fito de fortalecer as relações Sul-Sul. A partir destas colaborações surgem oportunidades de formação de redes de cooperação que possibilitem inovações no ensino e na pesquisa, propiciando uma maior visibilidade de grupos de pesquisa e de instituições no contexto mundial.

Deste modo, reafirma-se a importância do trabalho coletivo e solidário para o fortalecimento tanto da pesquisa, quando da internacionalização na Educação Superior.

REFERÊNCIAS

- ABBA M. J.; CORSETTI, B. Contribuições para uma internacionalização da educação superior desde e para América Latina. A experiência da UNILA e da ELAM **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 181-200, jul.-dez. 2016
- AUPETIT, S. D. Introducción la internacionalización de la educación superior y la ciencia en América Latina: un balance necesario. In: AUPETIT, S. D.; ESCOBAR, V. J. de. (Coord.) **Internacionalización de la educación superior y la ciencia en América Latina y el Caribe: un estado del arte**. Caracas: UNESCO-IESALC, 2014
- AUPETIT, S. D. Internacionalización y proveedores externos de educación superior en los países de América Latina y en el Caribe: principales problemáticas. IESALC/UNESCO. Março.2005.
- ARANA, R. S.; PEREIRA, E. N.; PERES, F. F. F. The internationalization of higher education in Latin American universities: a systematic literature review. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2431. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2431>. Acesso em: 6 maio. 2022.
- CERDEIRA, L., TAYLOR, M. L. M. O Espaço da Educação Superior de Língua Portuguesa. Os Desafios da Internacionalização e da Cooperação. Congress of the Latin American Studies Association, Boston, USA, May 24 - May 27, 2019.
- CONFERÊNCIA REGIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Declaración de la CRES 2018. Córdoba, 2018.
- CORRALES, K. A.; REY, L. P. A.; ESCAMILLA, Nazira S. Is EMI Enough? Perceptions from University Professors and Students. **Latin American Journal of Content & Language Integrated Learning**, Colômbia, v. 9, n. 2, p. 318-344, 2016. <https://doi.org/10.5294/laclil.2016.9.2.4>.
- DE WIT, Hans. **Internationalisation of Higher Education in the United States of America and Europe**. PhD Thesis. Universiteit van Amsterdam, 2001
- DE WIT, H.; GACEL-ÁVILA, J.; KNOBEL, M. Estado del arte de la internacionalización de la educación superior en América Latina. **ESAL – Revista de Educación Superior en América Latina**. julio-diciembre, 2017.
- GACEL-ÁVILA, J. *et al.* The Latin American way: trends, issues and directions. In: DE WIT, H; JARAMILLO, I.C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. (Eds.) **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington: The World Bank. 2005.
- GACEL-ÁVILA, J.; RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, S. **Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe**. Un balance. México: unesco-iesalc, Universidad de Guadalajara, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2018
- GAMA M. E. da C. Internacionalização de Currículos: Teoria e Prática. In **Programa de Formação Continuada**. 2015
- IAU. **Affirming academic values in internationalization of higher education: a call for action**. Purpose. International Association of Universities. April, 2012.
- KNIGHT, J. An internationalization model: responding to new realities and challenges. In: DE WIT, H; JARAMILLO, I.C.; GACEL-ÁVILA, J.; KNIGHT, J. (Eds.) **Higher education in Latin America: the international dimension**. Washington: The World Bank. 2005.
- KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, 8 (1), 5-31 2004
- KNIGHT, Jane. Updating the definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, 2003

- KNIGHT, J.; DE WIT, H. Strategies for internationalisation of higher education: historical and conceptual perspectives. In: DE WIT, Hans (ed.). **Strategies for the internationalisation of higher education: a comparative study of Australia, Canada, Europe and the United States of America.** Amsterdam: EAIE, 1995.
- KNIGHT, J. Internationalization: Elements and Checkpoints. Canadian Bureau for International Education (CBIE). Research nº 7, 1994.
- LAUS, S. P.; MORISINI, M. C. Internationalization of Higher Education in Brazil in DE WIT et al (Ed). **Higher Education in Latin America: The International Dimension.** Washington: The World Bank, 2005.
- MARCELINO, J. M., LAUXEN, S. L. **Internacionalização da educação superior e a construção da cidadania global: existem conexões possíveis?** Porto Alegre: EDIPUCRS. Série RIES/Pronex, 2021.
- MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo de três áreas do conhecimento.** Tese de Livre Docência, São Paulo, FEA-RP, 2006.
- MOROSINI, M. (org.). Internacionalização da Educação Superior. In: MOROSINI, M. C. (Editora-chefe). **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2 – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2006. (p. 93-161).**
- MOROSINI, M. C. **Internacionalização da Educação Superior e integração acadêmica.** Conferências. UFRGS, 2017. p. 6-12.
- MOROSINI, M; NEZ, E.& WOICOLESCO, V.G. A mobilidade acadêmica e as redes colaborativas Sul-Sul: o caso da UNILA. In: Lucena, S; Nascimento, M. B. & Sorte, P.B. (Org) **Espaços de aprendizagem em redes colaborativas na era da mobilidade.** Editora Universitária Tiradentes: Aracaju-Sergipe. 2020.
- OECD. **Approaches to Internationalisation and Their Implications for Strategic Management and Institutional Practice: A Guide for Higher Education Institutions, Higher Education Programme (IMHE), Report, 2012**
- PASTOR, G.; TORRES, L. Territorios y paisajes en (red)ados en América Latina.
- Desafíos y tensiones en la formación de redes para la internacionalización universitaria. **Estudios Avanzados**, 28, enero 156-169. 2018.
- POLAK, M. **Internationalisation in Higher Education - From Ad Hoc to Maturity.** ResearchGate. 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/321883782_Internationalisation_in_Higher_Education_-_From_Ad_Hoc_to_Maturity
- PRETTO, V.; ACIOLY-REGNIER, N.M.; REGNIER, J.C. **Cooperação internacional para novos conhecimentos: um estudo exploratório do sistema de tese em cotutela.** Biennale Internationale de l'Éducation, de la Formation et des Pratiques Professionnelles - CNAM, Jun 2015, Paris, France
- RIESAL (2022). Site oficial da Rede RIESAL Erasmus+. Disponível em <http://erasmusplusriesal.org/pt>.
- SEBASTIÁN, J. Las Redes de Cooperación como modelo organizativo y funcional para la I+D. **Redes** 7(15). 2000. Pp. 97-111. Disponible en RIDAA-UNQ Repositorio Institucional Digital de Acceso Abierto de la Universidad Nacional de Quilmes <http://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/702>
- SEBASTIÁN, Jesús. Cooperación e internacionalización de las universidades. Buenos Aires: Biblos, 2004.
- SEBASTIÁN, Jesús, La internacionalización de las universidades como estrategia para el desarrollo institucional. **Innovación Educativa** [en línea] 2005, 5 (Mayo-Junio)
- UNESCO. **Educación superior: reforma, mudança e internacionalização.** Anais da Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris, 23-25 de junho de 2003. Brasília: UNESCO Brasil, SESU, 2003.
- UNIÃO EUROPEIA. **Declaração de Bolonha.** 1999. Disponível em: <https://www.ehea.info/page-ministerial-conference-bologna-1999>
- WYNE, M. F. **International Academic Collaboration: Why it May or May not work?** American Society for Engineering Education, International Forum. Seattle. 2015

Recebido em: 16/09/2023
Aprovado em: 22/12/2023



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.